

CARTA ABERTA DO SEMINÁRIO “VIVAS E DECIDIDAS CONTRA O FEMINICÍDIO”

Florianópolis, 05 de março de 2026
Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Reunimo-nos neste Seminário em um contexto que não permite indiferença. Os dados apresentados ao longo do encontro são públicos e conhecidos: somente no mês de janeiro, 3.223 mulheres solicitaram medidas protetivas em Santa Catarina – mais de 100 por dia. No último ano, 52 mulheres foram assassinadas no estado.

Esses números não representam surpresa. Representam um alerta persistente de que o feminicídio continua sendo a expressão extrema de ciclos de violência que muitas vezes são conhecidos, mas não interrompidos a tempo.

O Seminário “Vivas e Decididas Contra o Feminicídio” reuniu instituições públicas, universidades, movimentos sociais, representantes da sociedade civil e autoridades dos diferentes Poderes para afirmar um ponto central: enfrentar o feminicídio exige ação coordenada, continuidade e responsabilidade pública. Respostas fragmentadas e reativas não são suficientes para enfrentar um problema estrutural.

Os debates também reafirmaram que a violência não atinge todas as mulheres da mesma forma. Mulheres negras, indígenas, mulheres com deficiência, mulheres do campo, mulheres periféricas, mulheres das diversidades e mulheres trans enfrentam barreiras adicionais de proteção e maior risco de invisibilização institucional.

Políticas públicas que ignoram essas desigualdades não conseguem oferecer respostas efetivas. A leitura desta Carta por uma mulher trans e por uma mulher indígena expressa esse reconhecimento: enfrentar o feminicídio exige escutar e incluir a diversidade das experiências das mulheres.

Outro ponto destacado ao longo do Seminário foi a necessidade da participação efetiva dos homens. A violência contra as mulheres tem autoria majoritariamente masculina e não será enfrentada apenas pelas mulheres ou pelos serviços de atendimento.

Homens – especialmente aqueles que ocupam posições de poder político, institucional e social – precisam assumir responsabilidade ativa na transformação de práticas, na priorização de políticas preventivas e no enfrentamento de discursos e comportamentos que naturalizam a desigualdade.

O enfrentamento ao feminicídio também exige diálogo com a juventude. É entre as novas gerações que se formam valores, relações e expectativas sobre igualdade, respeito e convivência. Escolas, universidades, espaços culturais e redes sociais são territórios fundamentais para construir novas referências de masculinidade, autonomia das mulheres e rejeição à violência.

Este Seminário também consolidou avanços importantes, como a criação do Centro de Pesquisa e Formação Contra o Feminicídio em parceria com a UNIPLAC, iniciativa voltada à produção de conhecimento, dados qualificados e formação continuada para fortalecer as políticas públicas. Mas este encontro não foi concebido como ato simbólico. Foi concebido como ponto de partida para decisões concretas.

Por essa razão, anunciamos a realização da segunda edição do Seminário “Vivas e Decididas Contra o Feminicídio”, em 2027.

A próxima edição terá caráter avaliativo. Será o momento de examinar, com base em dados e relatórios públicos, quais compromissos foram implementados, quais políticas avançaram e quais desafios permanecem.

O feminicídio não é inevitável. Ele resulta de escolhas institucionais, culturais e políticas.

“A culpa não foi delas” permanece como afirmação necessária.

A responsabilidade pela mudança é coletiva.

E a transformação começa com decisões que não podem mais ser adiadas.



SEMINÁRIO

**VIVAS e
DECIDIDAS**
CONTRA O FEMINICÍDIO

DEPUTADA ESTADUAL

**LUCIANE
CARMINATTI**
MULHER EDUCADORA